PROJETO DE LEI Nº DE 2001
(Da Comissão Especial de Combate à Violência)

Proíbe a inclusão de cláusulas discriminatórias quanto à orientação sexual do candidato, em editais para a prestação de concursos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É vedada aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais a inclusão de cláusulas discriminatórias contra a orientação sexual dos candidatos, nos editais de convocação para participação em licitação e para a prestação de concursos para ingresso ao serviço público.

Parágrafo único. São consideradas nulas as cláusulas de editais em desacordo com o disposto nesta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As disposições constantes da presente proposição decorrem das considerações expostas no Relatório Final da Comissão Especial de Combate à Violência.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado MARCONDES GADELHA

Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência